

Volume 9, n.2 ago./dez. 2025
ISSN: 2594-3707



Recebido em: 15/11/25
Aprovado em: 31/03/26
Publicado em: 03/04/26
e-Location: e-575

Editor:
Walace Ferreira




ARTIGO

CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA NO BRASIL: expansão, regionalização e resultados no Enade

TEACHER TRAINING COURSES IN SOCIOLOGY IN BRAZIL: expansion, regionalization, and results in Enade

Cristiano das Neves Bodart

Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

 <https://orcid.org/0000-0002-9697-076>

E-mail: cristianobodart@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa os cursos presenciais de formação de professores de Sociologia no Brasil. A pesquisa foi realizada no âmbito do Observatório Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (On-Abecs) e utilizou dados do E-MEC e informações dos sites das instituições formadoras. Incluiu-se uma contextualização teórica baseada na noção de campo de Pierre Bourdieu, com o objetivo de compreender avanços, limites e desafios da formação inicial e suas implicações para o ensino de Sociologia na educação básica. Os resultados indicam forte concentração da oferta em universidades públicas; predominância da nomenclatura “Ciências Sociais”; acentuadas desigualdades regionais na distribuição dos cursos e vagas; prevalência de licenciaturas de pequeno e médio porte; e baixos índices de adequação docente, especialmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os achados mostram que, embora haja expansão e consolidação do campo, persistem assimetrias estruturais que afetam o acesso, a qualidade formativa e a distribuição de profissionais habilitados, evidenciando a necessidade de políticas de formação docente mais equitativas e integradas.

Palavras-Chave: Formação docente. Sociologia. Ciências Sociais. Cursos.

Abstract

This article analyzes in-person teacher training programs in Sociology in Brazil. The research was conducted within the scope of the National Observatory of the Brazilian Association for the Teaching of Social Sciences (On-Abecs) and used data from E-MEC as well as information from the websites of the training institutions. A theoretical contextualization based on Pierre Bourdieu's notion of field was included, aiming to understand the progress, limitations, and challenges of initial teacher training and its implications for the teaching of Sociology in basic education. The results indicate a strong concentration of programs in public universities; a predominance of the term “Social Sciences”;

marked regional inequalities in the distribution of programs and available slots; a prevalence of small and medium-sized teaching degrees; and low levels of teacher qualification, especially in the North, Northeast, and Center-West regions. The findings show that, although the field is expanding and becoming more consolidated, structural asymmetries persist, affecting access, training quality, and the distribution of qualified professionals, highlighting the need for more equitable and integrated teacher training policies.

Keywords: Teacher training. Sociology. Social Sciences. Programs.

Introdução

Os últimos 25 anos foram marcados por transformações estruturais no campo¹ educacional brasileiro, cujos efeitos incidiram de forma decisiva sobre a formação de professores de Sociologia. Desde as décadas de 1980, 1990 e 2000, sucessivas mobilizações de coletivos docentes, entidades científicas e movimentos estudantis pressionaram governos estaduais e o governo federal pela inclusão obrigatória da disciplina no currículo do Ensino Médio (Carvalho, 2015). Esse processo ocorreu em meio a disputas mais amplas sobre o sentido da formação básica, revelando, como argumentam Moraes (2023), a historicidade e a contingência da presença da Sociologia no sistema educacional. O resultado foi a reinserção gradual e desigual da disciplina, com formatos variados entre os entes federativos: como componente obrigatório em alguns contextos, como disciplina eletiva em outros, e distribuída de forma heterogênea entre os três anos do Ensino Médio (Bodart; Azevedo; Tavares, 2020). Esse percurso culminou na aprovação da Lei Federal n. 11.684, de 2008, que tornou obrigatórias as disciplinas de Sociologia e Filosofia em todo o país, encerrando um ciclo de quase inexistência curricular no ensino secundário que se estendia desde 1942².

Do ponto de vista histórico, tal obrigatoriedade encontra paralelo, ainda que não sem ressalvas, na inclusão da Sociologia no ensino secundário pela Reforma Rocha Vaz, em 1929, mantida até sua retirada pela Reforma Capanema, em 1942 (Lima, 2020). A comparação evidencia o caráter cíclico das disputas curriculares que envolvem a disciplina, indicando que sua presença institucional nunca foi resultado de um consenso pedagógico, mas de disputas simbólicas, políticas e corporativas. Observa-se, assim, o que Bourdieu (2004) conceitua como lutas pela definição legítima de bens simbólicos, transpostas, nesse caso, para o interior do sistema educacional. A obrigatoriedade de 2008 reconfigura as disputas e contribui para a consolidação de uma esfera social específica, o

¹ Adotamos a noção de campo, de Pierre Bourdieu (2004), designando espaços relativamente autônomos, um microcosmo social dotado de leis próprias.

² Após 1942, a Sociologia deixou de compor, de modo sistemático, o currículo das escolas ginasiais e de outros cursos secundários, mantendo-se, contudo, com maior regularidade na formação de professores alfabetizadores, sobretudo nos cursos normais e, posteriormente, nos cursos de magistério de nível médio.

campo do ensino de Sociologia, cuja gênese, agentes e posicionamentos foram analisados em profundidade por Oliveira (2023).

A alternância histórica entre inclusão e supressão da Sociologia no currículo expressa aquilo que Bourdieu (2014) identifica como lutas pela autoridade legítima de definir os conteúdos escolares. Trata-se de disputas inscritas no campo educacional, em que diferentes agentes (Estado, corporações docentes, especialistas disciplinares) mobilizam capitais específicos para impor uma determinada visão legítima de formação básica.

A Lei n. 11.684/2008 funcionou como um importante vetor de autonomização do campo do ensino de Sociologia, na medida em que ampliou sua base institucional, reorganizou suas posições internas e redefiniu a distribuição de capitais específicos (científicos, institucionais e culturais) que estruturam esse espaço social. Entre os efeitos dessa Lei, destaca-se o impacto sobre a formação inicial docente.

A ampliação da demanda por docentes no Ensino Médio gerou uma expansão dos cursos de Ciências Sociais, sobretudo das licenciaturas, como indicam Bodart e Tavares (2018). Esse crescimento tensionou a capacidade institucional das universidades e as concepções de formação defendidas pelos diferentes agentes do campo, evidenciando disputas entre modelos profissionalizantes, acadêmicos, generalistas e mais orientados à prática. Também impulsionou revisões curriculares nas licenciaturas em Ciências Sociais, com mudanças significativas nos modelos formativos (Oliveira, 2020). Assim, a formação de professores de Sociologia passou a ocorrer em um contexto de redefinições normativas e debates sobre identidade profissional, competências docentes, interdisciplinaridade, saberes profissionais e a natureza do conhecimento sociológico escolar.

As mudanças normativas recentes acentuaram essas tensões. Os Projetos Políticos de Curso foram profundamente reconfigurados a partir da Resolução CNE/CP nº 2, de 2015, que buscou alinhar a formação docente a princípios como articulação teoria-prática, presença ampliada da Educação Básica no currículo e integração entre estágio e componentes pedagógicos. Em 2019, a Resolução CNE/CP nº 2 redefiniu novamente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial, instituindo a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e imprimindo um redirecionamento expressivo, marcado por uma concepção por competências, maior ênfase nos conteúdos da Educação Básica e centralidade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como referência estruturante.

Sob as interpretações de Bourdieu (2014) sobre a atuação do Estado no processo de legitimação, podemos inferir que as resoluções de 2015 e 2019 se consolidaram como exercícios de poder simbólico do Estado ao definir a BNCC como referência estruturante, impondo categorias

legítimas de formação e reorientação das práticas e disposições institucionais no campo da formação docente.

Nesse contexto de reconfiguração curricular, expansão da oferta e redefinição institucional, este artigo tem por objetivo apresentar um panorama abrangente dos cursos presenciais de formação de professores de Sociologia para a educação básica, com ênfase nos cursos de licenciatura em Ciências Sociais e em Sociologia ofertados na modalidade presencial. Em certa medida, este artigo aproxima-se de uma estrutura de relatório técnico por duas razões principais: em primeiro lugar, porque busca descrever dados sistematizados com o objetivo de subsidiar outras pesquisas sobre o tema; em segundo lugar, porque resulta de parte das investigações conduzidas no âmbito do Observatório da Associação Nacional de Ensino de Ciências Sociais (On-Abecs). Contudo, o artigo também se dedica à realização de análises do material apresentado.

Para as análises, mobilizamos dados quantitativos articulados a elementos contextuais e institucionais, com o intuito de examinar, de modo integrado, as características estruturais dos cursos, o perfil das instituições ofertantes, o volume de vagas, a distribuição regional da oferta e o desempenho discente mensurado pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A partir desse panorama, desenvolvemos reflexões sobre as implicações dessa configuração para a consolidação do campo da formação docente em Sociologia, destacando desafios estruturais, desigualdades regionais, tensões regulatórias e disputas simbólicas que atravessam a profissionalização do professor de Sociologia no Brasil contemporâneo.

1 Procedimentos metodológicos

A coleta dos dados ocorreu em 20 de outubro de 2023, por meio do sistema público E-MEC³ plataforma oficial de acompanhamento dos cursos superiores do MEC. Utilizamos a opção “Consulta avançada”, selecionando “Cursos de Graduação” e inserindo inicialmente o termo “Ciências Sociais”. Como a formação de professores de Sociologia também é ofertada em cursos denominados “Sociologia”, realizamos nova busca com essa nomenclatura. Em ambas, aplicamos os filtros “modalidade: presencial” e “grau: licenciatura”, garantindo a inclusão apenas de cursos voltados à formação inicial docente. Os procedimentos e parâmetros adotados encontram-se ilustrados no anexo 1.

Os dados coletados foram organizados em uma planilha única no Microsoft Excel, o que permitiu controlar as variáveis analisadas e minimizar inconsistências como duplicidades, omissões ou divergências. A busca inicial no E-MEC resultou em 116 registros. Após depuração, excluimos

³ Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>

cursos “extintos”, “em extinção” ou “não iniciados”, por não constituírem ofertas vigentes de formação inicial.

Entre 21 e 23 de outubro de 2023, verificamos nos sites das Instituições de Ensino Superior identificadas no E-MEC se de fato são ofertantes de licenciaturas presenciais em Ciências Sociais ou Sociologia. Essa etapa visou garantir a fidedignidade das informações, dada a possibilidade de defasagens em bases governamentais. Foram removidos os cursos sem evidências de oferta atualizada nos portais institucionais. Após essa validação, o *corpus* consolidado totalizou 89 cursos presenciais de licenciatura em Ciências Sociais ou Sociologia.

Para contextualizar o panorama nacional, efetuamos também uma busca exploratória dos cursos na modalidade Educação a Distância (EaD), replicando os mesmos procedimentos de coleta, filtragem e verificação. Excluídos os cursos não vigentes, identificamos 46 cursos EaD relacionados à formação de professores de Sociologia. Embora essa base não componha o *corpus* principal da análise, contribui para a compreensão da estrutura do campo, especialmente no que se refere à expansão, diversificação e assimetria da oferta formativa no país. Também recorremos aos dados do Censo escolar de 2024 para observar a adequação de formação docente a fim de comparar com a configuração das ofertas de vagas.

Adotamos uma perspectiva analítica que considera o espaço social de forma relacional e estruturado por posições e disputas. Nesse sentido, buscamos reconstituir o campo como um espaço empírico com base em tipo de instituição (federal, estadual, privada), localização regional, modalidade (presencial/EaD), volume de vagas, e tradição universitária, a fim de mapear posições dominantes e dominadas no campo.

2 Os cursos de formação de professores de Sociologia

Iniciamos nossa análise a partir do número de cursos segundo sua modalidade. A Tabela 1 sintetiza o quantitativo de cursos de formação de professores de Sociologia identificados após os procedimentos de coleta, depuração e verificação descritos na seção metodológica.

Importa aqui observar o espaço relacional estruturado por posições e disputas. Para isso, consideramos observar as nomenclaturas destinadas aos cursos no país. As duas nomenclaturas utilizadas no país são “Ciências Sociais” e “Sociologia” e apresentam diferenças relevantes tanto na distribuição por modalidade quanto no peso relativo de cada denominação dentro do universo investigado. A Tabela 1 apresenta os dados coletados quanto a isso.

Tabela 1 – Cursos de formação de professores de Sociologia nas modalidades presencial e EaD.

Nome do curso	Modalidade	Quantitativo
Licenciatura em Ciências Sociais	EaD	25
Licenciatura em Sociologia	EaD	21
Subtotal		46
Licenciatura em Ciências Sociais	Presencial	82
Licenciatura em Sociologia	Presencial	7
Subtotal		89
Total		135

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out. 2023).

No conjunto dos cursos presenciais, prevalece a nomenclatura “Ciências Sociais”, que representa 82 dos 89 cursos (92,1%), enquanto “Sociologia” aparece apenas em 7 ofertas (7,9%). Essa predominância é coerente com a tradição da formação docente no país, marcada por cursos generalistas que institucionalizaram a Sociologia escolar (Oliveira, 2023; Bodart; Tavares, 2018). Cabe lembrar que classificações são produtos de disputas por hierarquização e consagração (Bourdieu, 2011); assim, a nomenclatura dos cursos expressa relações de força no campo acadêmico. Observa-se, nesse sentido, uma clivagem: os cursos presenciais reproduzem o modelo histórico das Ciências Sociais, enquanto a EaD se mostra mais permeável por inovações, adotando “Sociologia” como recurso simbólico para competir no mercado e aproximar-se da nomenclatura utilizada na educação básica.

Hipotetizamos que universidades públicas, responsáveis pela maior parte da oferta presencial, tendem a preservar modelos tradicionais porque seus agentes compartilham um *habitus*⁴ formado na tradição das Ciências Sociais. Já instituições privadas, especialmente na EaD, por atuarem sob racionalidades mais flexíveis e orientadas pelo mercado, adotam denominações mais diretas e estrategicamente alinhadas à demanda.

Na modalidade EaD, o cenário é distinto: embora os cursos de Ciências Sociais ainda sejam maioria (25), “Sociologia” alcança 21 cursos, representando 45,65% da oferta. Isso sugere que a EaD adere com mais intensidade à nomenclatura corrente no ensino médio, ao contrário do ensino presencial, mais afeito ao modelo generalista.

A diferença entre modalidades evidencia a necessidade de pesquisas sobre a estrutura curricular dos cursos EaD, especialmente quanto à presença de Antropologia e Ciência Política. A ausência ou marginalização desses componentes pode gerar formações alheias às exigências da prática docente e aos referenciais epistemológicos da área.

⁴ O *habitus* é um “sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações” (2018, p. 87).

Os dados também apontam assimetrias entre EaD e presencial, sugerindo expansão recente da EaD, mas sujeita a reconfigurações diante de mudanças regulatórias, como a Portaria MEC nº 2.117/2019, que permite até 40% da carga horária presencial em formato remoto. Tais alterações podem estimular modelos híbridos e deslocar o equilíbrio entre modalidades, demandando acompanhamento sistemático. Assim, a predominância de “Ciências Sociais” no presencial e a maior presença de “Sociologia” na EaD revelam que a formação docente não é homogênea, mas estruturada por estratégias curriculares, modelos formativos e perfis institucionais distintos, com efeitos significativos sobre o campo do ensino de Sociologia. Contudo, os cursos presenciais, especialmente aqueles ofertados por universidades públicas, apresentam uma maior concentração de capital simbólico acadêmico, o que impacta no valor social de suas certificações.

A análise da tipologia das instituições de ensino superior que ofertam cursos de formação de professores de Sociologia revela uma expressiva predominância das universidades, responsáveis por 94,4% das ofertas. Os institutos federais correspondem a 4,5% e os centros universitários a apenas 1,1%, evidenciando que a formação docente em Sociologia está fortemente concentrada em instituições universitárias, particularmente aquelas com tradição em pesquisa, extensão e formação inicial de professores. À luz da teoria bourdieusiana podemos compreender essa concentração da formação docente em universidades públicas como produto das relações de força que estruturam o campo acadêmico, a partir do qual se estabelecem elementos de legitimidade que definem o que é formação “válida” ou “autorizada”, “qualificada” ou “precarizada”. Na Tabela 2 apresentamos em detalhes esses dados.

Tabela 2 – Cursos de formação de professores de Sociologia por categoria administrativa das IES.

Categoria administrativa da IES	Quant.	Percentual	Percentual acumulado
Pública federal	53	59,6	59,6
Pública estadual	26	29,2	88,6
Pública municipal	1	1,1	89,9
Privada sem fins lucrativos	9	10,1	100
Total	89	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out. 2023).

A Tabela 2 evidencia que a formação presencial de professores de Sociologia no Brasil está fortemente concentrada no setor público. Do total de 89 cursos identificados, 89,9% são ofertados por essas instituições, sendo 59,6% vinculados à rede federal, 29,2% à rede estadual e 1,1% à rede municipal. As instituições privadas sem fins lucrativos respondem por apenas 10,1% das ofertas, o que reforça o caráter historicamente público da formação docente na área.

No Brasil, as instituições de ensino superior são classificadas em universidades, institutos federais, centros universitários e faculdades, categorias⁵ que se diferenciam quanto à autonomia, à abrangência de atuação e às funções acadêmicas que desempenham. Trata-se, daquilo que Bourdieu (2011) compreende hierarquia legítima, que acabam por impor divisões e hierarquias que estruturam o mundo social, no caso o campo educacional. Considerando essas categorias institucionais, observa-se que a formação de professores de Sociologia ocorre majoritariamente em universidades, responsáveis por 94,4% dos cursos presenciais mapeados. Os institutos federais ofertam 4,5%, enquanto os centros universitários respondem por apenas 1,1%. Não há registro de faculdades ofertando presencialmente cursos de licenciatura em Ciências Sociais ou em Sociologia. Esse padrão indica que a formação docente na área permaneceu vinculada às instituições com maior tradição acadêmica e capacidade de desenvolver projetos pedagógicos que integram ensino, pesquisa e extensão, dimensões essenciais à formação inicial de professores segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais.

No Quadro 1, destacamos as IES que ofertam cursos de formação de professores de Sociologia na modalidade presencial, sendo um total de 71 instituições.

Quadro 1 – Instituições que ofertam curso de formação de professores de Sociologia na modalidade presencial.

FMU	UPE	UECE	UFJF	UFC
CP II	USP	UEMA (2)	UFMT	UFES
UFGD	UNEB	UNIOESTE	UFMS	UNIRIO
UNIR	UEMG	UESPI (2)	UFMG	UFMA
UFT	UEPA	UESB	UFPEL	UFPA
UNIVASF (2)	UERJ	UNESP (2)	UFPE	UFPR
IFG (2)	UERN	UVA	UFSC	UFPI
IFPR	UNOESC (2)	UFBA	UFSM	UFRB
PUC-CAMPINAS	UNISINOS	UFFS (3)	UNIFESP	UFRJ
PUC MINAS	UEPB	UFPB	UFS	UFRN
PUC-PR	UNICAMP	UFAL	UFU	UFRGS
PUC-RIO	UEL	UNIFAL-MG	UFV	UNIFESSPA
PUC-RS	UEM	UFCG (2)	UFAC	UFF (2)
UNILAB (2)	UEMS (2)	UFCAT	UNIFAP	UFRRJ
UNB	UESC (2)	UFG	UFAM	FURB
				URCA

Nota: os números a frente na sigla das IES e entre parênteses representam o número de cursos ofertados.

⁵ As universidades são instituições pluricurriculares, com elevada autonomia e atuação estruturada nas três dimensões constitucionais: ensino, pesquisa e extensão. Os institutos federais, embora também públicos, possuem identidade institucional distinta, com forte presença na educação básica e profissional e com oferta mais restrita de cursos superiores. Os centros universitários têm autonomia intermediária, menor que a das universidades, mas maior que a das faculdades, e concentram sua atuação em algumas áreas do conhecimento. Já as faculdades possuem menor autonomia acadêmica e geralmente ofertam número reduzido de cursos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out. 2023).

Notamos, por meio do Quadro 1 que as instituições privadas aparecem em número reduzido e, quando presentes, concentram-se em universidades e centros universitários consolidados, como a PUC-Campinas, PUC-PR, PUC-RS, PUC-Rio, PUC-Minas, UNISINOS, além da FMU.

3 A regionalização da formação de professores de Sociologia

Com o propósito de compreender a distribuição territorial dos cursos presenciais de formação de professores de Sociologia no Brasil, examinamos sua oferta por unidade da federação e por regiões geográficas. O Quadro 2 sintetiza essa distribuição, permitindo observar a concentração e a capilaridade dos cursos no território nacional.

Quadro 2 – Distribuição dos cursos de formação de professores de Sociologia da educação básica por estado e Região brasileira.

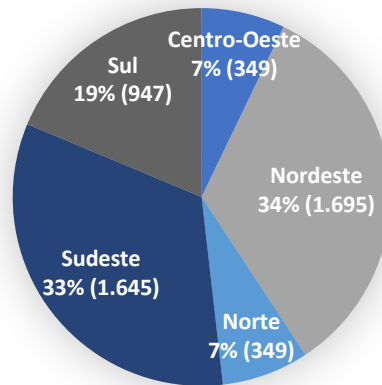
UF	Quant. UF	Região	Quant. Região	UF	Quant.	Região	Quant. Região		
DF	1	Centro-Oeste	10 (11,2%)	AC	1	Norte	8 (9%)		
GO	4			AM	1				
MS	4			AP	1				
MT	1			PA	3				
AL	1	Nordeste	30 (33,7%)	RO	1			Sudeste	23 (25,9%)
BA	9			TO	1				
CE	5			ES	1				
MA	3			MG	7				
PB	4			RJ	8				
PE	2			SP	7				
PI	3			PR	7				
RN	2			RS	6	Sul	18 (20,2%)		
SE	1	SC	5						
Total							89		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out. 2023).

A Região Nordeste (33,7%) e a Região Sudeste (25,9%) reúnem, juntas, 59,6% dos cursos presenciais de formação de professores de Sociologia, configurando-se como os principais polos formativos do país. Em contraste, a Região Norte apresenta a menor participação, com apenas 9% dos cursos. Essa distribuição desigual é resultado de relações de força no campo acadêmico nacional que tendem a repercutir também na concentração das vagas ofertadas, reforçando a assimetria regional no acesso à formação docente em Sociologia. Essa distribuição apresenta relativa semelhança com a distribuição das pesquisas produzidas sobre o ensino de Sociologia observada por Cigales e Bodart (2025).

Também buscamos observar a distribuição das vagas anualmente ofertadas. Os dados são apresentados por meio do Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição das vagas ofertadas em cursos de formação de professores de Sociologia de modalidade presencial por Região brasileira.



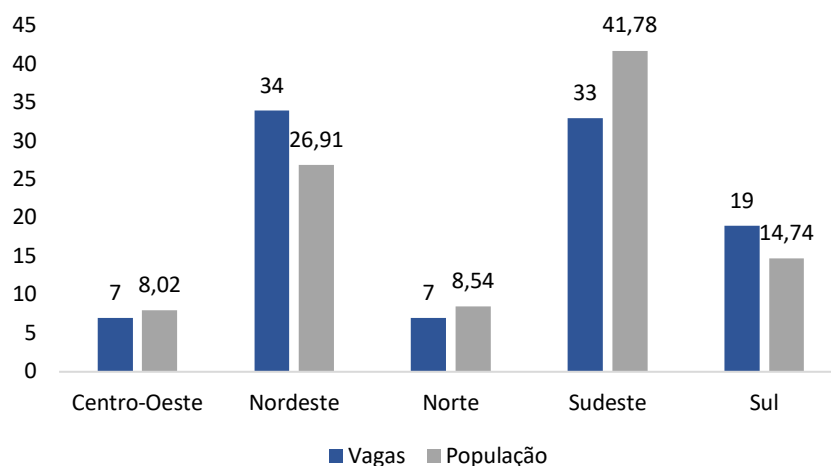
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out. 2023).

O Gráfico 1 evidencia que a distribuição das vagas ofertadas anualmente nos cursos presenciais de formação de professores de Sociologia apresenta forte concentração nas Regiões Nordeste (34%) e Sudeste (33%), que juntas respondem por 67% de todas as vagas disponíveis no país. Essa predominância reproduz, em grande medida, o padrão observado na distribuição dos próprios cursos, indicando que tais regiões operam com capacidades formativas mais amplas. A presença significativa do Nordeste, ligeiramente superior à do Sudeste, sugere que a expansão universitária ocorrida nos anos 2000, marcada pela interiorização e pela abertura de campi federais, teve impacto expressivo no número de cursos nessa Região, o que corrobora os achados de Bodart e Tavares (2019; 2021).

Em contraste, as Regiões Norte e Centro-Oeste apresentam apenas 7% das vagas cada, configurando um quadro de menor capilaridade da formação docente em Sociologia nessas áreas do país. A Região Sul, com 19%, ocupa uma posição intermediária. Esse cenário revela uma assimetria regional persistente, que pode impactar a disponibilidade de professores habilitados nas regiões menos contempladas e manter desigualdades históricas no acesso à formação superior e a qualidade do ensino básico, com docentes habilitados.

Podemos inferir que a histórica concentração das universidades brasileiras acaba por consolidar uma forte relação entre capital institucional, capacidade formativa e desigualdade estrutural, especialmente no âmbito educacional. Reafirma-se que a “regionalização” é uma expressão histórica das hierarquias do campo acadêmico nacional, que reproduz desigualdades de diversas naturezas entre regiões.

Gráfico 2 – Relação entre percentual populacional das Regiões brasileira e o percentual das vagas ofertadas dos cursos de formação de professores de Sociologia na modalidade presencial.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out. 2023) e do Censo do IBGE de 2022.

O Gráfico 2 permite comparar a proporção da população residente em cada Região brasileira com o percentual de vagas ofertadas pelos cursos presenciais de formação de professores de Sociologia e como a capacidade formativa disponível no país se relaciona (ou não) com a distribuição demográfica nacional, evidenciando potenciais desequilíbrios regionais.

Observa-se que as Regiões Nordeste e Sul apresentam superávit relativo de vagas, isto é, ofertam percentuais de vagas superiores à sua participação populacional. O Nordeste concentra 34% das vagas, embora represente 26,9% da população brasileira, o que indica uma oferta formativa proporcionalmente mais elevada que sua participação demográfica no país. Situação semelhante ocorre no Sul, responsável por 19% das vagas, diante de uma participação populacional de 14,7%.

Em sentido oposto, as Regiões Sudeste e Norte apresentam déficit relativo. O Sudeste abriga 41,8% da população brasileira, mas oferece apenas 33% das vagas, revelando uma suboferta significativa quando comparada à sua dimensão populacional e ao volume potencial de demanda por formação docente. No caso do Norte, a discrepância é ainda mais evidente: a região representa 8,5% da população, mas dispõe de apenas 7% das vagas, o que reforça desigualdades históricas de acesso ao ensino superior.

O Centro-Oeste apresenta uma situação de maior proximidade entre os indicadores: possui 8,02% da população e 7% das vagas, sugerindo uma relação mais equilibrada entre população e oferta, ainda que o volume absoluto de vagas seja reduzido. A presença mais frágil de capital institucional no Norte e Centro-Oeste impede que essas regiões ampliem oferta, mesmo quando possuem demanda populacional elevada.

De modo geral, os dados indicam que a oferta nacional de vagas na formação de professores de Sociologia não acompanha de forma proporcional a distribuição populacional. Regiões mais

populosas, como o Sudeste, apresentam oferta aquém de sua dimensão demográfica, enquanto regiões como o Nordeste e o Sul mantêm capacidade formativa relativamente superior. Esse cenário reforça assimetrias regionais que podem ter impactos diretos no provimento de docentes habilitados, sobretudo nas regiões onde a suboferta é mais marcada, como o Sudeste e o Norte.

Os dados evidenciam que, embora o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tenha ampliado o número de cursos de Ciências Sociais e de vagas ofertadas (Bodart; Tavares, 2018; Oliveira, 2020), as políticas expansivas não alteram automaticamente estruturas profundas, pois estas são sustentadas por desigualdades de capital institucional entre as regiões do país. Na Tabela 3 apresentamos o número de vagas nos cursos de formação de professores de Sociologia por habitantes.

Tabela 3 – População por Região, número de vagas em cursos presenciais de formação de professores de Sociologia e relação entre população e vagas.

Região	População (em milhões)	Nº de vagas	Habitantes por vaga
Sudeste	84,8	1550	54.709
Centro-Oeste	16,3	335	48.656
Norte	17,3	349	49.570
Sul	14,7	876	16.780
Nordeste	54,6	1573	34.710
Total	203	4683	43,321

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out. 2023) e do Censo do IBGE de 2022.

A Tabela 3 evidencia desigualdades claras entre população e oferta de vagas para formação de professores de Sociologia. A Região Sul apresenta a melhor relação, com 16.780 habitantes por vaga, indicando maior disponibilidade relativa de formação. O Nordeste ocupa posição intermediária (34.710 habitantes por vaga), sugerindo oferta proporcionalmente razoável ao seu tamanho populacional.

Em contraste, Sudeste, Norte e Centro-Oeste revelam suboferta relativa: o Sudeste registra o pior indicador, com 54.709 habitantes por vaga, seguido pelo Norte (49.570) e Centro-Oeste (48.656). Esses dados mostram que, apesar de concentrarem grande parte da população brasileira, essas regiões oferecem poucas vagas em comparação à sua demanda potencial. Assim, a distribuição nacional de vagas não acompanha a distribuição populacional, reproduzindo assimetrias regionais na formação docente em Sociologia.

Os dados apresentam uma configuração que, segundo Bodart e Tavares (2021, p. 20) é resultante de uma recente ampliação do volume de cursos, que se explicaria pelos seguintes fatores:

- i) reintrodução da disciplina de Sociologia no currículo nacional de ensino médio;
- ii) incentivos financeiros do governo por meio de programas de bolsas, expansão das universidades federais e isenção fiscal das IES privadas e;
- iii) legislação federal de

regulamentação do formato curricular dos cursos superiores, o que fortaleceu as licenciaturas.

Contudo, os dados nos permitem afirmar que a expansão recente dos cursos não foi suficiente para corrigir os desequilíbrios estruturais na distribuição territorial da formação docente. Embora tenha havido um aumento expressivo de ofertas, tal movimento ocorreu de forma desigual, concentrando-se ainda em determinadas regiões e deixando outras em situação de déficit formativo. O resultado é um quadro nacional que indica a manutenção de lacunas históricas na capacidade de provimento de professores de Sociologia, especialmente nas regiões onde a pressão demográfica é maior e a oferta institucional é mais limitada.

4 Oferta de vagas em cursos de formação de professores de Sociologia

Nesta seção passamos a examinar aspectos relacionados ao tipo de ofertas de vagas. Embora tenhamos observado na seção anterior que o número de cursos de licenciatura em Ciências Sociais e em Sociologia ofertados na modalidade EaD seja menor do que o número de cursos presenciais, o volume de vagas autorizadas pelo MEC é significativamente maior, como apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 - Vagas nos cursos de formação de professores de Sociologia na educação básica ofertadas anualmente, por modalidade de ensino

Nome do curso	Modalidade	Quant. de vagas autorizadas
Licenciatura em Ciências Sociais	EaD	17.425
Licenciatura em Sociologia	EaD	106.643
Subtotal	EaD	124.068
Licenciatura em Ciências Sociais	presencial	4.584
Licenciatura em Sociologia	presencial	400
Subtotal	presencial	4.984
Total		129.052

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out. 2023).

A Tabela 4 evidencia uma assimetria expressiva entre modalidades. Enquanto os cursos presenciais autorizam 4.984 vagas anuais em licenciaturas voltadas à formação de professores de Sociologia, a modalidade a distância autoriza 124.068 vagas, o que significa que, para cada vaga presencial autorizada, existem aproximadamente 24,9 vagas autorizadas na modalidade EaD. Esse padrão não é exclusivo da área de Ciências Sociais. Segundo o Censo da Educação Superior de 2021, entre 2011 e 2021 houve um aumento de 474% no número de ingressantes em cursos de graduação EaD, ao passo que os cursos presenciais registraram uma redução de 23,4% no mesmo período (INEP, 2021). Trata-se, portanto, de uma tendência nacional de expansão da educação superior a distância, especialmente no setor privado.

No caso específico da formação de professores de Sociologia, o cenário se mostra ainda mais concentrado na modalidade EaD. Dos 124.068 lugares autorizados nessa modalidade, 106.643 correspondem a cursos com a nomenclatura “Sociologia”, o que indica uma dinâmica distinta daquela observada no ensino presencial. Nesse último, predominam cursos generalistas de Ciências Sociais, responsáveis por 92,1% das ofertas, enquanto apenas 7,9% utilizam a nomenclatura “Sociologia”. A modalidade EaD, ao contrário, concentra a maior parte de suas vagas em cursos denominados especificamente como “Sociologia”, sugerindo uma especialização nominal que merece investigação curricular mais aprofundada.

Entre os cursos presenciais, observamos um total de 4.984 vagas autorizadas para licenciaturas em Ciências Sociais e em Sociologia. Entretanto, na análise da oferta efetiva identificada nos sites institucionais, constatamos 4.593 vagas disponibilizadas anualmente. Isso significa que 7,09% das vagas autorizadas pelo MEC não são efetivamente ofertadas pelos cursos, um dado relevante, pois indica descompasso entre autorização formal e oferta pública. Além disso, cabe destacar que nem todas as vagas ofertadas são preenchidas e que há uma distância considerável entre ingresso nos cursos e número de formados.

A distribuição interna das vagas presenciais apresenta forte concentração em cursos que ofertam até 50 vagas anuais, representando mais da metade dos cursos (68,5%). Os quantitativos mais frequentes são 40 vagas, presentes em 22,5% dos cursos, e 50 vagas, presentes em 20,2% deles. A mediana da oferta presencial é de 50 vagas e a média é de 52,62 vagas, indicando que a maior parte dos cursos opera com capacidade reduzida, característica comum em licenciaturas da área de Ciências Humanas oferecidas por instituições públicas. No extremo inferior, cinco cursos ofertam apenas 10 vagas anuais, enquanto, no extremo superior, quatro cursos oferecem 100 vagas ou mais, o que evidencia grande heterogeneidade na capacidade de absorção de estudantes.

A periodicidade da oferta também é marcada por padrões relativamente estáveis. A grande maioria dos cursos presenciais (86,5%) adota organização semestral, ainda que, em alguns casos, o ingresso dos estudantes ocorra apenas uma vez ao ano. Esse aspecto operacional pode influenciar tanto a gestão interna dos cursos quanto a dinâmica de entrada de novos estudantes, repercutindo na sustentabilidade da formação docente nos diferentes contextos regionais.

Quanto ao turno de oferta dos cursos, verifica-se que o período noturno reúne a maior parcela das licenciaturas analisadas, como evidenciado por meio da Tabela 5. Considerando apenas os cursos exclusivamente noturnos, eles representam 47,2% do total. Ao somar as modalidades combinadas que incluem o noturno, esse percentual se eleva para 60,7%, revelando que a formação docente em Sociologia ocorre majoritariamente nesse turno.

Tabela 5 – Número e percentual de cursos de formação de professores de Sociologia de modalidade presencial.

Turno de oferta	Quant.	Percentual
Matutino	11	12,4
Vespertino	5	5,6
Integral	14	15,7
Noturno	42	47,2
Matutino e noturno	7	7,9
Vespertino e noturno	5	5,6
Integral e noturno	5	5,6
Total		89

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out. 2023).

Diante desse cenário, buscou-se verificar se tal predominância guarda relação com a abertura de cursos mais recentes, especialmente aqueles criados entre 2008 e 2012; fase marcada pela implementação do REUNI, responsável por ampliar vagas, diversificar modalidades e induzir a criação de novos cursos de licenciatura em todo o país (Oliveira, 2020; Bodart; Tavares, 2019). Os dados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Oferta dos cursos de formação de professores de Sociologia iniciados a partir de 2009 por turno de oferta.

Turno	Ano														Total
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Integral	1	1	1	3	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	10
Matutino	0	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	7
Vespertino	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Integral e noturno	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Matutino e noturno	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Vespertino e noturno	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Noturno	8	4	1	0	3	0	0	0	0	1	0	1	0	1	19
Total	12	6	3	4	6	2	1	2	1	1	0	2	1	2	43

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out. 2023).

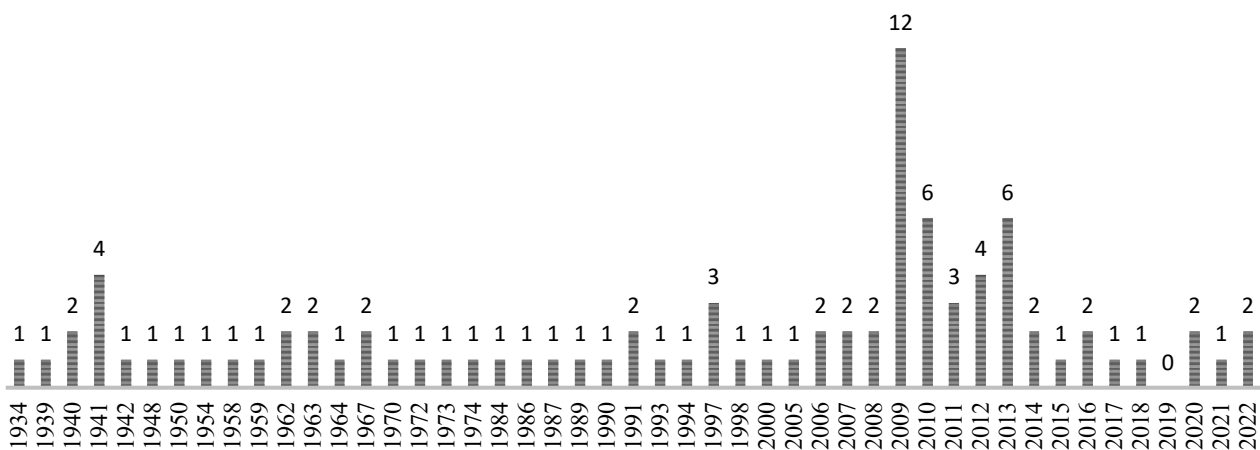
Os dados referentes a distribuição dos cursos por turno iniciados entre 2009 e 2022 confirmam a centralidade do turno noturno na expansão recente dos cursos de formação de professores de Sociologia. Dos 43 cursos criados no período, 19 funcionam exclusivamente no noturno, o que representa 44,1% do total. Se incluirmos as ofertas combinadas que envolvem este turno (matutino/noturno, vespertino/noturno e integral/noturno) o número sobe para 24 cursos (55,8%), reafirmando uma tendência estrutural: a formação docente em Ciências Sociais/Sociologia se consolidou, no contexto pós-2008, como uma oferta preferencialmente noturna.

Essa predominância está nitidamente associada ao ciclo expansivo das universidades federais durante o REUNI (2008–2012). Os anos iniciais da série apresentam maior volume absoluto de

criação de cursos: 2009 (12 cursos), 2010 (6), 2011 (3) e 2012 (4), concentrando mais da metade (58%) das novas ofertas do período. Entre esses cursos criados nos primeiros quatro anos, o noturno aparece como o principal arranjo, especialmente em 2009, quando 8 dos 12 cursos iniciados ocorreram nesse turno. Esse padrão sugere que a indução estatal para ampliação do acesso especialmente voltada a estudantes trabalhadores e à democratização da educação superior influenciou diretamente o desenho dos novos cursos, que passaram a priorizar modalidades compatíveis com jornadas de trabalho diurnas.

Outro elemento relevante é a redução progressiva na criação de cursos após 2013, com oscilações pequenas e abertura de poucas licenciaturas nos anos subsequentes. A partir de 2016, o volume torna-se ainda mais baixo, indicando o fim do ciclo expansivo e o início de uma fase de estabilização, marcada por (i) restrições orçamentárias e (ii) menor indução federal à criação de novas vagas e (iii) ameaças a manutenção da Sociologia no ensino médio como disciplina obrigatória.

Gráfico 1 – Número de cursos de formação de professores de Sociologia de modalidade presencial, por data de início de funcionamento.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out. 2023).

O Gráfico 1 apresenta a evolução histórica da abertura dos cursos presenciais de formação de professores de Sociologia que iniciaram turmas e permanecem em funcionamento. A distribuição temporal dos dados revela um processo de institucionalização marcado por poucas oscilações até que em 2009. Durante grande parte do século XX, a criação de cursos foi rarefeita. Esse comportamento está associado ao fato de a Sociologia ter ocupado, por décadas, uma posição instável nos currículos escolares, muitas vezes ausente ou substituída por disciplinas consideradas mais alinhadas ao projeto educacional vigente em cada período histórico.

A partir dos anos 2008, observa-se uma inflexão significativa nesse padrão. Entre 2009 e 2013, registra-se um crescimento de criação de licenciaturas. Esse aumento expressivo pode ser compreendido pela convergência de dois elementos estruturantes: a promulgação da Lei nº 11.684/2008, que tornou obrigatório o ensino de Sociologia no ensino médio, e a implementação do REUNI, responsável por ampliar vagas, criar novos *campi* e incentivar a abertura de cursos de formação de professores em áreas com déficit histórico de profissionais habilitados. Assim, o pico de 2009 não constitui um evento isolado, mas resultado de um processo de indução estatal articulado a uma demanda emergente por docentes com formação específica na área.

A partir de 2014, entretanto, há uma diminuição gradual no ritmo de criação de novos cursos. Esse arrefecimento coincide, como já mencionado, com o encerramento do REUNI, a intensificação das restrições orçamentárias nas instituições federais e o ambiente de instabilidade curricular da Sociologia no ensino médio.

Em relação à carga horária dos cursos, observamos que a média é de 3.142,09 horas, enquanto a mediana, ligeiramente superior, atinge 3.200 horas, indicando uma distribuição relativamente concentrada em torno desse valor. O curso com menor carga horária identificado possui 2.295 horas e é ofertado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), situando-se abaixo dos parâmetros atualmente recomendados para as licenciaturas, já que a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, estabelece, em seu Art. 11, § 1º, que os cursos de formação docente devem possuir, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, devendo os cursos terem duração de, no mínimo, 4 (quatro) anos. Esse cenário dialoga com um processo regulatório mais amplo, já que a carga horária das licenciaturas havia sido ampliada anteriormente pela Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que elevou o mínimo de 2.800 para 3.200 horas (Oliveira; Cigales, 2019).

No extremo oposto, o curso com maior carga horária alcança 4.116 horas, oferecido pela Universidade Estadual de Maringá, refletindo um projeto formativo mais extensivo. Essa variação expressiva sugere a coexistência de diferentes concepções institucionais sobre o desenho curricular da formação inicial em Sociologia, especialmente no que se refere ao equilíbrio entre componentes pedagógicos, conteúdos específicos da área e atividades práticas supervisionadas.

Com o objetivo de analisar a quantidade de vagas disponibilizadas pelos cursos de formação de professores de Sociologia, os dados referentes a essa oferta são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 - Vagas nos cursos de formação de professores de Sociologia na educação básica ofertadas anualmente

Número de vagas ofertadas	Quant. de cursos	Percentual	Percentual acumulado
20	5	5,6	5,6
26	1	1,1	6,7
30	12	13,5	20,2
35	1	1,1	21,3
40	20	22,5	43,8
42	1	1,1	44,9
44	1	1,1	46,1
45	2	2,2	48,3
50	18	20,2	68,5
55	2	2,2	70,8
60	9	10,1	80,9
64	1	1,1	82,0
80	9	10,1	92,1
82	1	1,1	93,3
90	2	2,2	95,5
100	1	1,1	96,6
120	1	1,1	97,8
160	1	1,1	98,9
210	1	1,1	100
Total	4.944	92	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out. 2023).

A Tabela 7 mostra que os cursos presenciais de formação de professores de Sociologia ofertam, anualmente, 4.944 vagas. A distribuição revela forte concentração em turmas pequenas e médias: 68,5% oferecem até 50 vagas, padrão historicamente associado às licenciaturas em Ciências Sociais/Sociologia, tradicionalmente de menor demanda em comparação a áreas como Pedagogia e Letras.

Os tamanhos mais frequentes são 40 vagas (22,5%) e 50 vagas (20,2%), que compõem o núcleo majoritário da oferta. A mediana é de 50 vagas e a média, influenciada por poucos cursos grandes, alcança 52,62 vagas. O menor valor encontrado é 20 vagas; no extremo superior, quatro cursos ofertam 100 vagas ou mais, incluindo a USP, com 210 vagas distribuídas entre turnos vespertino e noturno. Embora pouco numerosos, esses cursos ampliam de modo significativo a média geral.

A distribuição acumulada indica que 93,3% dos cursos ofertam, no máximo, 82 vagas, o que confirma que ofertas acima desse patamar são exceção. Isso sugere que a formação docente em Sociologia ocorre majoritariamente em instituições que operam com turmas reduzidas, influenciadas pela demanda local, estrutura departamental e características da área.

Observa-se também que 86,5% dos cursos realizam ingressos semestrais, embora informem o total anual de vagas. Essa periodicidade tende a ampliar o acesso e reduzir a evasão inicial, melhor distribuindo os fluxos de entrada.

Os dados apontam para realidades institucionais diversas, e para uma expansão quantitativa moderada, descentralizada e dependente das condições regionais e organizacionais de cada curso. Destaca-se, ainda, que a adequação docente⁶ é central para a qualidade da educação básica, e a oferta de vagas constitui um elemento estruturante desse processo (Raizer; Caregnato; Pereira, 2021). A isso se somam políticas de permanência e redução da evasão, fundamentais para que a ampliação do acesso se converta, efetivamente, em provisão de docentes habilitados nas redes de ensino.

Tabela 8 – Percentual de professores lecionando Sociologia com licenciatura em Ciências Sociais ou bacharéis em Ciências Sociais com complementação pedagógica em Sociologia, por Região (ano de 2024).

Região	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Brasil	37,1	58,0	38,4	52,1	25,6
Sudeste	45,4	58,1	50,1	64,7	28,7
Sul	44,5	71,7	46,1	49,5	28,3
Norte	39,0	51,9	39,2	25,0	31,6
Centro-Oeste	32,4	53,3	32,8	não há	25,2
Nordeste	25,6	54,4	25,9	03,9	16,4

Fonte: INEP- Censo Escolar 2024.

A Tabela 8 mostra que a adequação docente reproduz desigualdades regionais históricas do sistema educacional brasileiro. Sudeste (45,4%) e Sul (44,5%) apresentam os maiores índices, enquanto Nordeste (25,6%) e Centro-Oeste (32,4%) registram proporções menores. Esses padrões reiteram o que Bourdieu (2014) identifica como produção social da desigualdade decorrente da distribuição desigual de capitais institucionais e culturais.

A maior concentração de instituições prestigiadas e cursos mais antigos no Sudeste e Sul amplia o capital institucional e científico dessas regiões, favorecendo melhores condições de formação docente e maior oferta de licenciados. O Nordeste, historicamente marcado por menor acúmulo de capital educacional, apresenta índices significativamente inferiores. Assim, a descentralização dos cursos, destacada por Bodart e Tavares (2018), não foi suficiente para assegurar altos níveis de adequação em todas as regiões.

As diferenças entre redes reforçam hierarquias internas do campo educacional público. As redes federais (mais estruturadas e capitalizadas) possuem os melhores índices: 71,7% no Sul, 58,1% no Sudeste e 54,4% no Nordeste. Já as redes estaduais e municipais exibem percentuais muito baixos, evidenciando como recursos institucionais desiguais (capital econômico e organizacional) afetam diretamente a formação dos quadros docentes. Na rede privada, a inadequação é ainda mais acentuada: no Nordeste, apenas 16,4% dos professores possuem formação adequada.

⁶ Proporção de professores que lecionam Sociologia com formação específica.

À luz de Bourdieu (2004), a regionalização da formação docente em Sociologia não pode ser vista apenas como distribuição territorial de cursos, mas como expressão da estrutura do campo acadêmico e da desigual distribuição de capitais institucionais entre as regiões. Regiões com maior acúmulo histórico de capital científico — sobretudo Sudeste e Sul — concentram oferta e vagas, enquanto Norte e Centro-Oeste, com menor densidade institucional, permanecem em posições subordinadas, reproduzindo desigualdades persistentes no acesso à formação superior.

5 O desempenho dos cursos de formação de professores de Sociologia

Por fim, examinamos o desempenho dos cursos presenciais de formação de professores de Sociologia a partir dos resultados do Enade⁷ 2022. Para assegurar a comparabilidade dos dados, foram excluídos os cursos que não participaram da avaliação em 2022, evitando distorções nos indicadores apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 – Avaliação dos cursos de formação de professores de Sociologia em relação a nota do Enade-2022.

Conceito obtido no Enade	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
5	14	17,7	17,7
4	26	32,9	50,6
3	23	29,1	79,7
2	15	19,0	98,7
1	1	1,3	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out.2023).

A distribuição dos conceitos revela um desempenho geral positivo. Mais da metade dos cursos (50,6%) obteve conceito 4 ou 5, faixa superior da escala avaliativa, o que indica qualidade formativa consistente no conjunto das instituições. Destaca-se que 14 cursos alcançaram a nota máxima (5), enquanto apenas um curso recebeu conceito 1. A média dos resultados é 3,47, e tanto a mediana quanto a moda correspondem ao conceito 4, o que reforça a concentração dos desempenhos em patamar acima da média da escala.

Considerando a relação entre carga horária e desempenho no Enade, observa-se que os cursos com menores conceitos (até 3) apresentam média de 3.082,86 horas e mediana de 3.197,5 horas. Entre os cursos com conceitos 4 e 5, esses valores sobem para 3.222,94 horas de média e 3.289,5 horas de

⁷ O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é uma avaliação padronizada do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), realizada periodicamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com o objetivo de medir o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, às competências e às habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

mediana. Esses resultados sugerem uma tendência de cargas horárias ligeiramente mais extensas entre os cursos com melhor desempenho. Contudo, não se deve interpretar essa diferença como evidência de uma relação causal. O desempenho no Enade é influenciado por múltiplas dimensões institucionais, curriculares, pedagógicas e contextuais, de modo que a carga horária, isoladamente, não permite explicar os rendimentos observados.

Esse cenário sugere que a formação inicial em Sociologia, no âmbito presencial, apresenta padrões qualitativos relativamente elevados, especialmente entre as instituições que participam de forma regular dos processos de avaliação externa. Esses resultados fortalece o argumento que a ampliação de docentes habilitados lecionando Sociologia terá impactos positivos na qualificação das aulas no ensino médio.

Quadro 3 – Universidade de ofertam cursos presenciais de formação de professores de Sociologia que obtiveram nota máxima no Enade 2020.

Instituição	Categoria adm.	Região brasileira
Universidade Federal de Sergipe	Pública Federal	Nordeste
Universidade Federal de Minas Gerais	Pública Federal	Sudeste
Universidade Federal de Uberlândia	Pública Federal	
Universidade Fed. do Estado do Rio de Janeiro	Pública Federal	
Universidade Federal de Juiz de Fora	Pública Federal	
Universidade Federal de Viçosa	Pública Federal	
Universidade Federal de São Paulo	Pública Federal	
Universidade Federal do Espírito Santo	Pública Federal	
Universidade Federal Fluminense	Pública Federal	Sul
Universidade Estadual de Campinas	Pública Estadual	
Universidade Federal do Paraná	Pública Federal	
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Privada Sem Fins Lucrativos	
Pontifícia Univ. Catól. do Rio Grande do Sul	Privada Sem Fins Lucrativos	
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Pública Federal	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do E-MEC (out.2023).

A análise do Quadro 3 evidencia uma nítida concentração de cursos com conceito máximo no Enade 2020 na Região Sudeste, que reúne a maior parte das instituições avaliadas com nota 5. O Nordeste aparece representado por apenas um curso, enquanto não há registros de cursos nota máxima na Região Norte. Observa-se, ainda, que dos 14 cursos presenciais que alcançaram o conceito 5, apenas dois pertencem ao setor privado, ambos localizados na Região Sul, o que reforça a predominância das universidades públicas federais e estaduais nos melhores desempenhos formativos segundo essa avaliação.

No conjunto, esses 14 cursos ofertam 847 vagas anuais, indicando que uma parcela significativa da capacidade formativa de excelência está concentrada em poucas instituições, majoritariamente públicas e distribuídas de forma desigual pelo território nacional.

Considerações finais

O conjunto das análises realizadas permite identificar três configurações típicas no interior do campo da formação de professores de Sociologia no Brasil, que se articulam a partir de diferentes combinações de capital institucional, capital simbólico e estratégias de oferta.

A primeira configuração é marcada por elevada legitimidade acadêmica, concentrando-se sobretudo em universidades federais, com oferta presencial e predominância da nomenclatura “Ciências Sociais”. Trata-se de uma fração do campo que reúne maior volume de capital institucional e simbólico, historicamente associada à tradição disciplinar e à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, o que contribui para sua posição dominante na definição dos modelos formativos legítimos.

A segunda configuração corresponde a um padrão de expansão intermediária, no qual se destacam instituições estaduais, frequentemente vinculadas a processos de interiorização do ensino superior. Embora desempenhem papel relevante na ampliação do acesso à formação docente, essas instituições tendem a operar com menor volume de capital institucional e simbólico, ocupando posições intermediárias no campo e articulando, de modo mais direto, demandas regionais e limitações estruturais.

Por fim, a terceira configuração é orientada por uma lógica de mercado, predominante na modalidade a distância, com forte presença da nomenclatura “Sociologia” e elevado volume de vagas ofertadas. Nesse caso, observa-se uma estratégia de expansão baseada na ampliação do acesso em larga escala, frequentemente dissociada dos modelos tradicionais de formação, o que indica uma reconfiguração importante nas formas de inserção e concorrência no campo, ainda que acompanhada de menor reconhecimento simbólico no interior da hierarquia acadêmica.

Essas três configurações não se apresentam como categorias estanques, mas como posições relativas que expressam as dinâmicas estruturais do campo, evidenciando tensões entre tradição acadêmica, expansão institucional e mercantilização da formação docente.

Além do mais, os resultados indicam que a formação de professores de Sociologia no Brasil constitui um campo atravessado por processos históricos, disputas institucionais e desigualdades regionais. A obrigatoriedade da disciplina após a Lei nº 11.684/2008 estimulou a expansão dos cursos, mas essa ampliação ocorreu de modo desigual, reproduzindo padrões consolidados do campo acadêmico.

A forte presença das universidades públicas na oferta presencial reforça sua centralidade na definição de modelos formativos e critérios de qualificação, expressando concentração de capital acadêmico e organizacional e mecanismos de distinção no acesso às oportunidades formativas.

A distribuição regional de cursos e vagas confirma assimetrias persistentes: embora Nordeste e Sudeste concentrem a maior oferta, a relação vagas-população revela desequilíbrios, sobretudo no Sudeste. Norte e Centro-Oeste exibem déficits mais intensos, indicando barreiras históricas de acesso ao ensino superior e menor capacidade institucional. A presença territorial das IES segue como vetor de reprodução de desigualdades.

A oferta presencial permanece ancorada em cursos de pequeno e médio porte, o que limita a expansão em regiões de maior demanda. A adequação docente evidencia que ampliar cursos não garante distribuição equitativa de professores habilitados: redes federais apresentam melhores índices; estaduais, municipais e privadas, percentuais mais baixos. Regionalmente, Sul e Sudeste concentram maior adequação, enquanto Nordeste e Centro-Oeste permanecem fragilizados.

O desempenho no Enade, majoritariamente positivo, indica consistência qualitativa, mas também revela concentração dos melhores conceitos no Sudeste, demonstrando que a excelência acompanha a distribuição desigual do capital acadêmico.

Observamos avanços em institucionalização, expansão e qualidade, mas persistem desigualdades territoriais e institucionais que limitam o acesso e a formação. A expansão recente não superou tais desequilíbrios, que continuam estruturando o campo. O aprimoramento da formação docente requer políticas articuladas de expansão, fortalecimento institucional, equidade regional e valorização docente.

Novas pesquisas são necessárias para aprofundar dimensões não contempladas neste estudo; ainda assim, os achados contribuem para compreender a configuração atual da formação inicial em Sociologia e para subsidiar debates e políticas voltadas ao campo.

Referências bibliográficas

BODART, Cristiano das Neves; AZEVEDO, Gustavo Cravo de; TAVARES, Caio dos Santos. Ensino de Sociologia: processo de reintrodução no Ensino Médio brasileiro e os cursos de Ciências Sociais/Sociologia (1984-2008). *Debates em Educação*, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 214–235, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8964>. Acesso em: 20 de set. 2025.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Configurações territoriais dos cursos de formação de professores de Sociologia no Brasil (1934-2017): disputas e implicações. *Ciências Sociais em Revista*, [S. l.], v. 55, n. 2, p. 246–259, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr/article/view/csu.2019.55.2.10>. Acesso em: 20 de set. 2025.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Os cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil: história e configurações. *Cadernos de Educação*, n. 64, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/17540>. Acesso em: 20 de set. 2025.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Programas de fomento a expansão do ensino superior e oferta de cursos de Ciências Sociais no Brasil (1999-2017). *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, v. 2, n. 1, p. 07–29, 2018. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/135>.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 jul. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2019.

BRASIL. *Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008*. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 jun. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018.

CARVALHO, Lejeune Mirhan Xavier de. Histórico da luta pela obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Brasil. In: MIRHAN, Lejeune (org.). *Sociologia no Ensino Médio: desafios e perspectivas*. Anita Garibaldi, 2015. p. 23-72.

CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano das Neves. O Ensino de Sociologia como tema de pesquisa na pós-graduação brasileira (1993-2021). *Sociologias*, Porto Alegre, volume 27, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/C6QdfvjyyQy3fLpJLHm8bTS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de out. 2025.

LIMA, Vinícius Carvalho. Ensino de Sociologia e as Reformas Rocha Vaz e Francisco Campos. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. (orgs.). *Dicionário do ensino de Sociologia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. p. 344-348.

MORAES, Amaury Cesar. *Ensinar Sociologia: formação do professor, pesquisa e ação política*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2023.

OLIVEIRA, Amurabi. Ensino de Sociologia e a formação inicial de professores. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. (orgs.). *Dicionário do ensino de Sociologia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. p149-152.

OLIVEIRA, Amurabi. *O campo do ensino de Sociologia no Brasil: gênese, agentes e disputas*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2023.

OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo. O ensino de Sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, Brasil, v. 28, n.2, p.42-58, maio/ago. 2019. Disponível em: https://media.proquest.com/media/hms/PFT/1/6jzYD?_s=Y51kwm6LjdY8jxxySkWGpmeD2HU%3D. Acessado em: 23 de set. 2025.

RAIZER, Leandro; CAREGNATO, Célia Elizabete; PEREIRA, Thiago Ingrassia. A formação de professores de Sociologia no Brasil: avanços e desafios. *Em aberto*. v. 34, n. 111, p. 55-71, 2021. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4837/4017>. Acessado em: 23 de set. 2025.

Anexo 1 – Imagem da página de buscas do site E-MEC indicando os itens selecionados e preenchidos.

The image shows a screenshot of the E-MEC search interface. The search criteria are as follows:

- Consulta Avançada** (selected)
- Buscar por:** Instituição de Ensino Superior Curso de Graduação Curso de Especialização
- Nome, Sigla ou Código da Instituição:** [Empty text box]
- Curso:** Sociologia Pesquisa Exata
- Classificação de Curso:**
 - Selecione Área Geral: [Dropdown menu]
 - Selecione Área Específica: [Dropdown menu]
 - Selecione Área Detalhada: [Dropdown menu]
 - Selecione Área Curso: [Dropdown menu]
- UF:** [Dropdown menu]
- Município:** [Dropdown menu]
- Gratuidade do Curso:** [Dropdown menu]
- Modalidade:** A Distância Presencial
- Grau:** Bacharelado Licenciatura Tecnológico Sequencial
- Índice:** [Dropdown menu] 1 2 3 4 5 SC
- Situação:** Todos [Dropdown menu]

A **Pesquisar** button is located at the bottom right of the form.

Fonte: Print do site E-MEC (29/10/23).